

BR/2001/PI/H/3

**Declaração das ONGs  
Educação para Todos  
Consulta Internacional de ONGS (CCNGO),  
Dakar, 25 de Abril de 2000**



2001

## **Declaração das ONGs**

### **Educação para Todos**

**Consulta Internacional de ONGS (CCNGO), Dakar - 25 de Abril de 2000**

Dez anos após a Conferência Mundial de Educação para Todos, a Cúpula Mundial de Educação em Dakar nos proporciona a oportunidade de avaliar os avanços, as aprendizagens e os retrocessos da década de 90. O que mais nos desaponta é que os objetivos de Jomtien não foram alcançados. Para 125 milhões de crianças, o direito à educação é violado todos os dias, deixando-as presas à teia de pobreza. Para milhões de outras crianças, a falta de professores, de salas de aula e/ou de livros didáticos significa que seu direito à educação é prejudicado e que pouco é de fato apreendido. Dois terços das crianças fora da escola são meninas. Um em cada três adultos nos países em desenvolvimento - 880 milhões de pessoas - são analfabetos.

A Cúpula Mundial de Educação nos proporciona a oportunidade de concretizar o compromisso a uma **Educação para Todos de qualidade**. Governos e agências internacionais devem fazer um esforço coordenado para mobilizar recursos financeiros e vontade política. O preço para implementar Educação para Todos equivale a uma soma adicional de US\$ 8 bilhões por ano. Esta soma corresponde a quatro dias do gasto militar global e a nove minutos de especulação financeira internacional. As cerca de 300 Organizações não Governamentais reunidas em Dakar, nos dias 24 e 25 de Abril de 2000, acreditam que Educação para Todos é viável se os governos e as agências internacionais se comprometerem com as seguintes questões:

- É preciso renovar o compromisso à **educação enquanto um direito**, como prevê a Declaração de Direitos Humanos, parágrafo 26, da Organização das Nações Unidas, na Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 13 e na Convenção do Direito da Criança, artigo 28.
- Deve haver um compromisso para proporcionar educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos. Equidade na qualidade deve ser garantida em todos os níveis. Todos os custos diretos da educação básica devem ser removidos.
- Deve haver um compromisso claro para assegurar que uma educação de qualidade inclua todos os grupos marginalizados e excluídos, como os portadores de deficiências, as minorias étnicas, as pessoas internamente deslocadas e os refugiados.

- Deve haver uma afirmação clara de que a educação é uma responsabilidade central do Estado.
- Educação para Todos depende da existência de um sistema democrático, com mecanismos e estruturas efetivas que garantam espaço e voz a todos os interessados e que garantam que os benefícios da educação sejam distribuídos equitativamente.
- Governos, a comunidade internacional e todos os interessados devem se comprometer em estabelecer e reforçar a democracia, a justiça social e a paz, uma vez que não é possível aprender em tempos de guerra e conflito.
- Os sistemas educacionais devem respeitar e se basear na cultura local e responder às necessidades locais.
- Qualidade e aprendizagem de todos deve estar no cerne do processo educacional. Um esforço coordenado deve ser feito para elaborar indicadores de qualidade que estabeleçam os padrões desejados de uma Educação para Todos.
- Deve haver um compromisso claro para garantir equidade de gênero em educação, em todos os níveis. Planos de ação específicos com metas e prazos definidos, inclusive ação de discriminação positiva, devem ser elaborados para eliminar todas as formas de discriminação de meninas e mulheres.
- A alfabetização de adultos deve estar integrada a um processo mais amplo de desenvolvimento social e fortalecimento humano. O direito à educação se inicia na primeira infância e continua até o estágio de adulto e de idoso. Os governos devem se comprometer a reduzir o analfabetismo em 50% até 2015.
- Os governos devem se comprometer a desenvolver planos nacionais de ação para a educação até 2002. Estes planos devem ser negociados de maneira transparente e democrática com todos os atores sociais significativos e especificar como as metas educacionais serão atingidas até 2015 dentro do marco orçamentário governamental. Uma parte central destes planos deve ser o estabelecimento de mecanismos claros para a participação da sociedade civil, incluindo professores, alunos e pais, até 2001, em todos os níveis do sistema educacional.

- Os planos nacionais de ação devem ser desenvolvidos dentro do marco de um plano de ação global, que assegure aos governos com vontade política de alcançar a Educação para Todos que não fracassarão por falta de recursos financeiros. Os governos doadores devem contribuir com este plano através de uma ajuda financeira maior e de alívio ou perdão da dívida. Mecanismos claros para financiar, implementar e monitorar o plano devem ser estabelecidos até 2002.
- Os governos devem se comprometer a desenvolver e melhorar mecanismos e estruturas de participação democrática e de prestação de contas à sociedade civil, inclusive professores e suas organizações representativas, em todos os níveis de tomada de decisões sobre questões educacionais.
- Os governos devem se comprometer a garantir sua parcela dos recursos necessários à uma educação básica de qualidade, inclusive aumentando a porcentagem do PIB alocada para a educação. Os governos devem investir no mínimo 6% do PIB em educação. Os governos devem aumentar sua arrecadação utilizando mecanismos eficientes de impostos, reduzindo gastos militares e outros gastos improdutivos, além de por fim à corrupção.
- Os governos devem imediatamente identificar e reverter disparidades existentes em investimentos per capita que discriminem as comunidades rurais, as minorias étnicas, as pessoas com necessidades especiais de aprendizagem e regiões subdesenvolvidas, para garantir um gasto equitativo por aluno até 2005. Devem se comprometer a proporcionar recursos adicionais para atender as necessidades de escolas em áreas pobres e marginalizadas, para levar todas as escolas a um patamar de qualidade até 2015 e assegurar que o currículo, os materiais didáticos e as metodologias usadas sejam adequados às necessidades dos grupos marginalizados. Deve haver um compromisso para erradicar o trabalho infantil e ratificar a Convenção da OIT No. 138 e 182.
- Os governos devem desenvolver respostas inovadoras para garantir que alunos pertencentes a famílias afetadas pelo vírus da AIDS não perderão o acesso à educação. Deve haver um planejamento imediato para lidar com a perda de professores e com a pressão resultante nos alunos. Deve haver um laço estreito entre educação e saúde, já que a educação pode apoiar a prevenção de AIDS na população.

- Os governos devem assegurar que novas tecnologias em informação sejam acessadas de maneira eqüitativa para promover a qualidade da educação. No entanto, deve ser reconhecido que culturas e conhecimentos tradicionais e formas tradicionais de mídia são igualmente valiosos.
- Um código de conduta para doadores deve ser elaborado dentro do marco institucional da ONU, em parceria com a sociedade civil, até 2002, para garantir que os doadores sigam normas e comportamentos adequados no relacionamento junto a seus parceiros e no financiamento para educação. Governos devem ter mecanismos únicos de prestação de contas aos doadores. O monitoramento e o controle de programas de ajuda devem ser restituídos aos governos em parceria com a sociedade civil.
- Mudanças positivas na área da cooperação e no campo dos compromissos internacionais não devem ser contraditos ou prejudicados por políticas institucionais de instituições financeiras internacionais. As políticas e o apoio financeiro do FMI, do Banco Mundial ou de bancos regionais de desenvolvimento devem ser elaboradas considerando-se a educação como parte integral de mecanismos de redução da pobreza e de desenvolvimento humano.
- Os doadores devem garantir que todos os governos que tenham vontade política autêntica para melhorar a área da educação tenham acesso aos recursos necessários para alcançar Educação para Todos. Um passo fundamental é o aumento da ajuda para educação básica para, no mínimo, 8% do total do orçamento de ajuda internacional.
- Os doadores devem se comprometer a um alívio da dívida que seja mais significativo e rápido, melhorando o progresso da iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (HIPC2). O alívio da dívida deve incrementar o fluxo de ajuda e não prejudicá-lo, e estar ligado aos planos nacionais de ação no contexto de planos mais amplos de combate à pobreza.
- Uma representação forte de governos do sul e suas respectivas sociedades civis deve estar garantida nas estruturas de EPT internacionais que serão criadas após a Cúpula Mundial de Educação em Dakar. Recursos financeiros e técnicos, além do monitoramento das metas, devem estar descentralizados com investimento significativo nas estruturas regionais de Educação para Todos. Estas estruturas devem ser efetivas, prestadoras de contas e transparentes.

- Alianças nacionais da sociedade civil devem ter o direito de demandar às estruturas internacionais de Educação para Todos investigar casos nos quais houve violações claras do direito à educação. As estruturas de Educação para Todos devem ter o poder de demandar uma investigação ao responsável Especial de Educação da ONU ou à Comissão de Recursos Humanos regional.
- Uma avaliação ampla deve ser planejada para acontecer em 2006, para identificar avanços e retrocessos das principais metas educacionais. Tanto os planos nacionais quanto os planos dos doadores devem especificar metas intermediárias para cada objetivo de EPT e especificar explicitamente recursos adicionais e compromissos de contingência caso estas metas não tenham sido alcançadas. Caso a avaliação intermediária revele um número muito grande de países longe de alcançarem as metas, uma conferência oficial da ONU deve ser organizada com chefes de estado em 2010.

Nós, ONGs de todo o mundo reunidas em Dakar, estamos comprometidas a trabalhar e cooperar com governos e um amplo espectro de grupos, indivíduos e instituições para alcançar a meta de **Educação de qualidade para Todos. Nós queremos ação agora!**